

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

AVANÇO CULTURAL E AVANÇO MAÇÓNICO SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII*

1. Foi de proporções modestas, em termos de quantidade ou de qualidade, o relançamento da maçonaria em Portugal no segundo período do consulado pombalino. E não se mostra que o pombalismo, como tal, esteja implicado nele. Nem se mostra, por outro lado, que a Sociedade, então ou nos primórdios da época mariana, tivesse funcionado como estrutura produtora ou, sequer, disseminadora da ideologia das Luzes ou do Liberalismo. A implantação dessa ideologia nas expressões portuguesas da Ordem foi um fenómeno lento e de arrastamento nos anos noventa do século XVIII. E foi-o, mesmo assim, sem uniformidade no conjunto das lojas.

PERSISTÊNCIA DO MAÇONISMO NOS ANOS OITENTA

2. Não há indícios de uma expansão significativa do maçonismo no nosso país durante o período que vai da constituição do Grande Oriente de França (1773) até ao surto revolucionário de 89. É um período, poderemos dizer, em que o movimento do filosofismo e dos ideais revolucionários, modesto aliás, se processou em Portugal à revelia do poder maçónico. Nada nos autoriza, pelo menos, a ver nas estruturas organizativas da Ordem a alavanca ou, mesmo, só uma alavanca do revolucionarismo cultural ou político entre nós.

A expansão da maçonaria no território português não acompanhou o ritmo do seu crescimento na França, na Inglaterra ou nos

* Excerto do volume 1.º do livro *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, de aparição iminente.

Países-Baixos, durante os vinte anos que precederam os acontecimentos de 1789. E não foi também uma sequela desses acontecimentos ou o produto da actuação dos seus agentes no exterior. O fenómeno começou a manifestar-se nos finais da década de oitenta e tomou vulto nos alvares da década de noventa, aliás desordenadamente e sem correspondências ideológicas ou políticas relevantes com o iluminismo ou o jacobinismo. Estas correspondências só de vagar, com o avanço do último decénio, adquiriram importância.

Há provas de que o fogo maçónico não estava completamente extinto pelos anos de 1780-1789. Por cerca do primeiro deles, Barthélemy Andrieu du Bouloy dava, na Madeira, alguns passos no caminho pedreiral. E pouco antes do segundo, organizava-se em Lisboa a primeira loja maçónica de nacionais que se pode documentar (1).

3. Com o regresso de Barthélemy Andrieu du Bouloy ao Funchal, em 1777 (2), produziu-se um condicionamento decisivo para o recomeço das actividades maçónicas na Madeira. Andrieu foi ali encontrar Francisco Xavier de Ornelas (3) e outros Irmãos dos anos passados (4). Juntou-se-lhes D. José de Brito Leal Herédia, de regresso ao Funchal, vindo de Londres, já em 1770, e uma década mais tarde denunciado ao Santo Ofício pelo seu activismo maçónico (5). Juntou-se-lhes

(1) Veja-se o capítulo seguinte deste livro, onde o tema é tratado desenvolvidamente.

(2) «... e voltando o dito reo outra vez para esta Ilha, em companhia do governador actual [João Gonçalves da Câmara], se acha nella por capitão de Artilharia, assistente no forte do Pico, desta vila, com os seus soldados...» (ANTT, Inquirição de Lisboa, *Processo n.º 7858*, fls. 14v-15, depoimento de António Bernardo Ferreira e Vasconcelos, porta-bandeira da Companhia, de 23 de Fevereiro de 1780).

(3) Andrieu dá-o, terminantemente, como já mação em 1770 (vid. *infra*, vol. 2.º, relatório de Manuel Gonçalves de Miranda cit.). Vicente Júlio Fernandes hesitou, em 1793, em considerá-lo o mestre de cujas mãos recebeu o juramento por 1784/1785, mas dá-o em todo caso como presente na cerimónia (ANTT, Inquirição de Lisboa, *Processo n.º 17569*, fl. 1, confissão de 18 de Abril de 1793). Estes testemunhos são confirmados pelo de João António Ribeiro de Freitas, em 1778, reportado ao ano de 1770, em que era secretário do governo da Madeira (ANTT, Inquirição de Lisboa, *Caderno 130 do Promotor*, fl. 127v).

(4) Além de Andrieu, de Ornelas, de Nuno de Freitas, dos companheiros de iniciação e do P. João Martins, Vicente Júlio Fernandes refere ainda, genericamente, «muitos outros», em cujo número inclui, sem dúvida, os seis dignitários da loja (ANTT, Inquirição de Lisboa, *Processo n.º 17569*, fl. 2v).

(5) CABRAL DO NASCIMENTO, *Os pedreiros livres na Inquirição cit.*, p. 32.